

# Colegiado da CVM não tem prazo para decidir

Por Ana Paula Ragazzi | Do Rio

A dez dias da assembleia de acionistas que dará início à pretendida operação de fusão entre Oi e Portugal Telecom, o colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ainda não deu sua palavra final sobre a operação. No fim do ano passado, a Tempo Capital, acionista da Oi, fez uma consulta à autarquia sobre se os controladores da empresa podem votar na avaliação dos ativos da Portugal Telecom que serão aportados em um aumento de capital. Também questionou se não haveria troca de controle e perguntou sobre o direito de recesso na operação.

Em janeiro, a área técnica da autarquia informou seus entendimentos, entre eles o de que os controladores não devem deliberar sobre o tema, esse o ponto considerado pela gestora como um tema principal. A Oi recorreu das decisões da área técnica e, apesar de toda a antecedência da consulta, a CVM ainda não emitiu sua opinião. Procurada, a autarquia informou que os recursos ao colegiado de decisões dos superintendentes são analisados nos termos da Deliberação CVM nº 463/2003, que não estabelece prazo para decisão.

Mauro Cunha, presidente da Amec, associação que defende os minoritários, afirma que a CVM tem analisado a operação e tem sido "muito presente". "O importante é que a autarquia se manifeste antes da assembleia", diz.

A Amec entregou ontem nova carta à CVM, questionando a diferença de tratamento dada ao acionistas da empresa no Brasil e no exterior. Na documentação encaminhada à SEC, a Portugal Telecom não usa a expressão "garantia firme" dos bancos para o aumento de capital, como está no prospecto na CVM. Além disso, também informa os acionistas sobre alguns pontos ainda em análise na CVM, o que os documentos no Brasil não fazem. A Amec classifica a atitude da Oi como "desrespeitosa ao regulador brasileiro", além de "denotar a agressividade da companhia para aprovar operação "altamente diluitiva aos investidores minoritários". A Amec "roga à CVM" que mantenha sua firme posição de proteção aos investidores para que tomem suas decisões baseados nos direitos que lhe são garantidos por lei. E conclui que os precedentes criados pela operação serão "significativos para a credibilidade do mercado brasileiro de capitais".

A Tempo fez um pedido público de procuração para votar em nome de outros acionistas contra a operação. Na semana passada, duas consultorias de voto se manifestaram. A Glass Lewis recomendou voto a favor da reestruturação. A ISS viu benefício para o acionista da Portugal Telecom na operação, aconselhando que vote a favor; mas entendeu que o acionista da Oi deve votar contra, pela diluição que a operação deve trazer e questões relacionadas à governança.

**Leia mais em:**

<http://www.valor.com.br/empresas/3483118/colegiado-da-cvm-nao-tem-prazo-para-decidir#ixzz2wK3OGZZR>

Acesse a carta da Amec sobre o caso Oi em:

<http://www.amecbrasil.org.br/cartaamecpresi-n-032014/>